

Gênero, Poder e Remuneração

NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA BRASILEIROS





EQUIPE

Diretoria Executiva

Luciana Zaffalon

Diretoria

Cristiano Maronna

Eliane Barbosa

Poliana Ferreira

Riccardo Cappi

Gestão Geral

Vanessa de Jesus

Institucional

Gabriela de Luca

Pesquisas e Iniciativas Institucionais

Maria Carolina Schlittler

Sofia Ellen Marques

Pesquisa Orçamentária

Taciana de Souza

Comunicação

Sofia Fromer

Advocacy

Felippe Angeli

Dados e Tecnologia

Roberto Serancinskis Jr.

Financeiro e Administrativo

Dani Opice

Julia Gonçalves

Esta pesquisa integra a Iniciativa Mulheres na Justiça, composta por **JUSTA, Fórum Justiça e THEMIS**.



FICHA TÉCNICA

Luciana Zaffalon

Concepção e Supervisão

Maria Carolina Schlittler

Coordenadora de Pesquisa e Iniciativas Institucionais

Taciana Souza

Coordenadora de Pesquisa Orçamentária

Roberto Seracinskis Jr

Coordenador de Dados e Tecnologia

Caio Almeida

Consultoria em Engenharia de Dados

Carol Godefroid e Nadira Ruman

Projeto Gráfico e Design

COMO CITAR

JUSTA. Gênero, Poder e Remuneração nos Tribunais de Justiça Brasileiros. JUSTA, 2026.

Esta publicação faz parte da linha de pesquisa Gênero, Poder e Remuneração no Sistema de Justiça Brasileiro, inaugurada pelo JUSTA em 2025 com o lançamento do estudo sobre [Ministérios Públicos](#).



Esta pesquisa pretende
suprir, ainda que
parcialmente,

o vazio informacional

sobre gênero, raça
e outros marcadores
de exclusão nos
Tribunais de Justiça

Criamos **novos desenhos
de solução** para enfrentar
esse **desafio público**
que tanto afeta nossa
experiência democrática.

A partir da *expertise* do JUSTA em pesquisas no campo da economia política da justiça, **inovamos** na identificação de dados e na consolidação de informações sobre gênero, utilizando as folhas de pagamento de membros ativos publicadas pelos próprios Tribunais de Justiça.



A inovação metodológica impulsionada pelo JUSTA ajuda a romper o silêncio informacional sobre gênero. O mesmo precisa ocorrer em relação à dimensão racial, com o CNJ assumindo a responsabilidade de desenhar e implementar soluções para criação de bancos de dados que permitam enfrentar, com base em evidências, os desafios do necessário avanço democrático.



REPRESENTATIVIDADE

- Caminhos da pesquisa
- Retratos da participação de mulheres na magistratura estadual
- Total de mulheres na magistratura estadual
- Tribunais com os maiores crescimentos, por cargo
- Variação do número de magistrados estaduais
- Variação no número de Juízes
- Variação no número de Desembargadores
- Participação de mulheres no total de Juízes de 1º grau
- Participação de mulheres no total de Desembargadores
- Participação de mulheres no total de Desembargadores nos 6 TJs de grande porte
- Crescimento da participação de mulheres e homens, por cargo, na magistratura estadual
- Mulheres nas presidências dos TJs

REMUNERAÇÃO

- Caminho da pesquisa
- Retratos das remunerações das mulheres na magistratura estadual

JUÍZAS

- TJs em que mais da metade das Juízas de 1º grau são impactadas por diferenças remuneratórias
- Diferença de valor anual líquido recebido (a menos) por Juízas de 1º grau em R\$
- TJs, por porte, em que Juízas de 1º grau são impactadas por diferenças remuneratórias

DESEMBARGADORAS

- TJs em que mais da metade das Desembargadoras são impactadas por diferenças remuneratórias
- Diferença de valor anual líquido recebido (a menos) por Desembargadoras em R\$
- TJs, por porte, em que Desembargadoras são impactadas por diferenças remuneratórias
- Comparação do impacto da diferença remuneratória por cargos nos TJs

REPRESENTATIVIDADE



Coletamos as folhas de pagamento nominais de membros ativos dos Tribunais de Justiça (TJs) brasileiros entre janeiro de 2024, marco inicial da vigência da [Resolução CNJ nº 525/2023](#), e dezembro de 2025, último ano completo disponível para análise.

A [Resolução CNJ nº 525/2023](#) dispõe sobre ação afirmativa de gênero para o acesso das magistradas aos Tribunais de 2º grau. Define a proporção de 40% a 60% de mulheres ocupando o cargo de Desembargadora.

Consolidamos informações de 25 Tribunais de Justiça*.

O universo foi de 12.716 pessoas em 2024 e 13.058 em 2025.

* O Portal da Transparência do TJ de Santa Catarina não permitiu a exportação dos dados de forma estruturada. O TJ do Amapá não publicou as folhas de pagamento de dezembro de 2025 até o fechamento da pesquisa, em junho de 2026. As barreiras de acesso fizeram com que os dados desses Tribunais não fossem analisados.

Nossa equipe de pesquisadoras aplicou à base de dados a tecnologia desenvolvida pela plataforma **Brasil.io** - uma ferramenta de inferência probabilística de gênero por nome, amplamente utilizada em pesquisas de transparência, ciências de dados e representatividade, ancorada em dados do IBGE e consolidada de forma auditável.

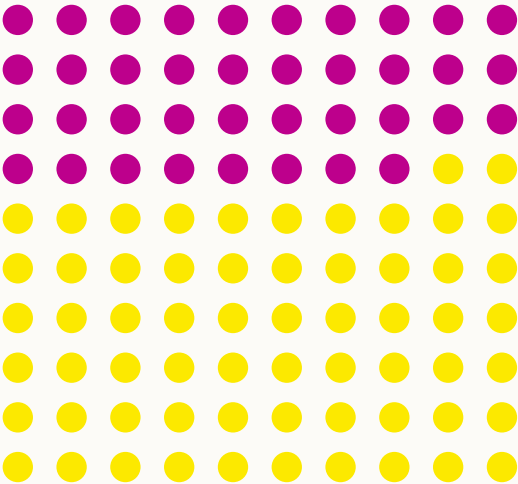
- A **Brasil.io** tem uma taxa média de acerto que varia entre 95% e 98%, a depender do conjunto de nomes analisados.
- Adotando uma metodologia conservadora, o JUSTA excluiu das análises os membros ativos cujo gênero não pode ser identificado, o que representou 2% do universo analisado.

Analisamos a participação de mulheres nos TJs a partir da comparação com o **percentual de mulheres na população brasileira** (51,5% - IBGE, 2022).



RETRATOS DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA MAGISTRATURA ESTADUAL | 2024 E 2025

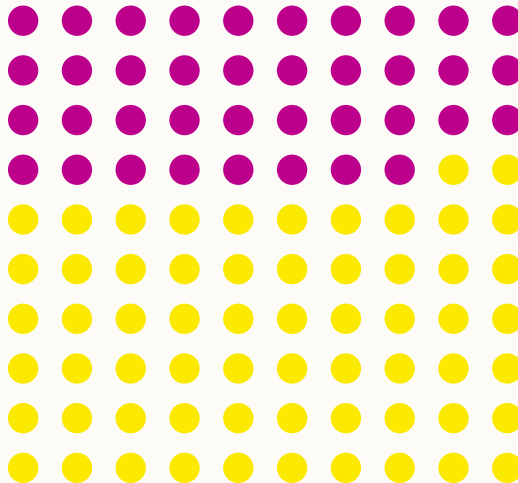
ANO 2024



Mulheres
38% (4.827)

Homens
62% (7.889)

ANO 2025



Mulheres
38% (4.975)

Homens
62% (8.083)

Fonte: Folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.

TOTAL DE MULHERES NA MAGISTRATURA ESTADUAL

| JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2025

ANO 2024



ANO 2025

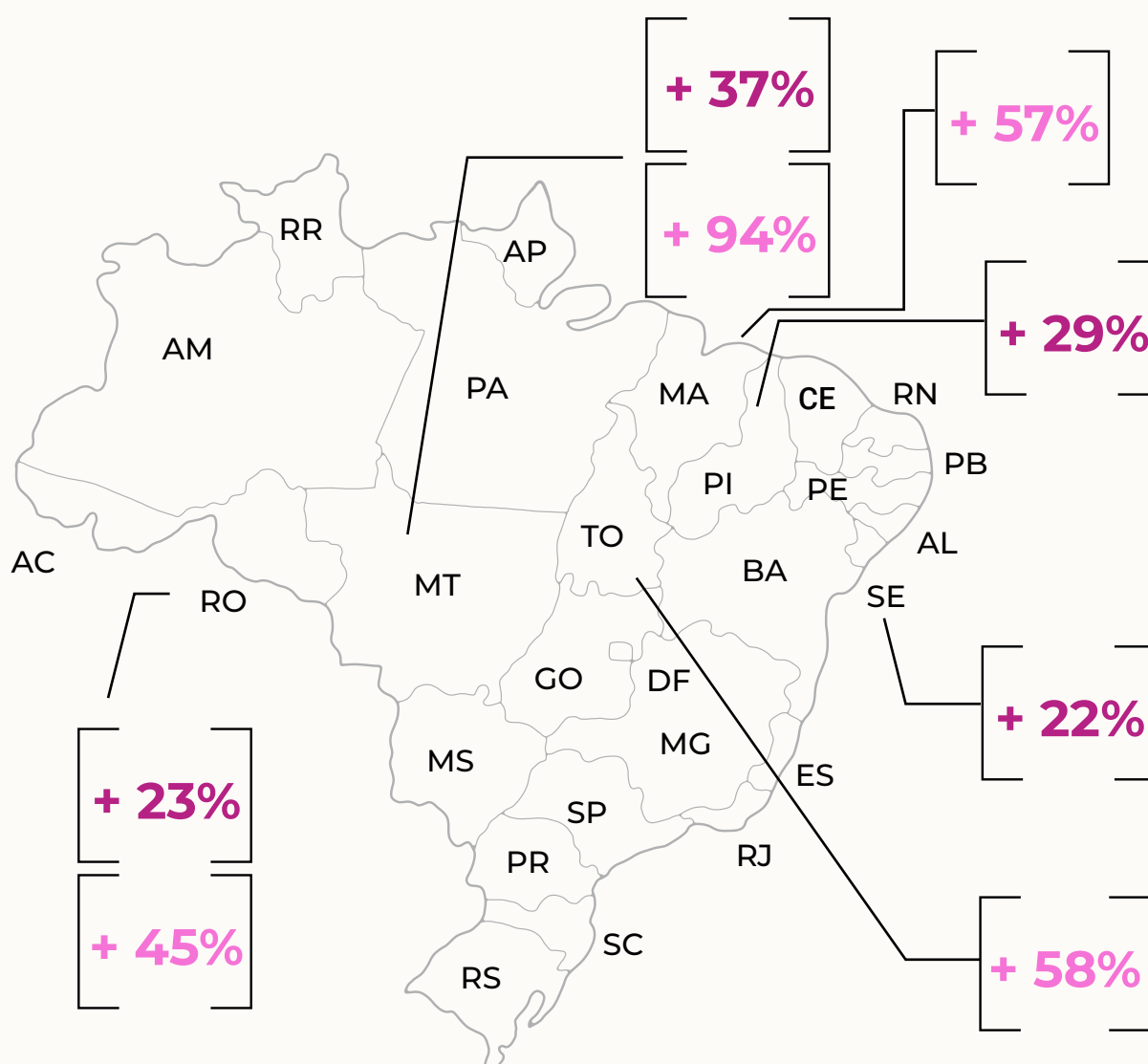


Fonte: Folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.

TRIBUNAIS COM OS MAIORES CRESCIMENTOS, POR CARGO | JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2025

Entre janeiro de 2024 e dezembro de 2025, o total de magistrados estaduais cresceu **4%**. O aumento foi impulsionado pelos Tribunais de Justiça de Mato Grosso (**37%**), Piauí (**29%**), Rondônia (**23%**) e Sergipe (**22%**).

Entre os Desembargadores, o crescimento foi de **5%**, com destaque para os Tribunais de Justiça de Mato Grosso (**94%**), Tocantins (**58%**), Maranhão (**57%**) e Rondônia (**45%**).



Legenda

- Magistrados estaduais
- Desembargadores

Fonte: Folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.

VARIAÇÃO DO NÚMERO DE MAGISTRADOS ESTADUAIS

| JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2025

Tribunais	TOTAL DE MAGISTRADOS		Evolução	
	Janeiro 2024	Dezembro 2025		
TJAC	63	68	Crescimento	8%
TJAL	163	179	Crescimento	10%
TJAM	188	186	Queda	-1%
TJBA	688	663	Queda	-4%
TJCE	588	612	Crescimento	4%
TJDFT	369	361	Queda	-2%
TJES	286	268	Queda	-6%
TJGO	429	461	Crescimento	7%
TJMA	328	346	Crescimento	5%
TJMG	1495	1561	Crescimento	4%
TJMS	212	228	Crescimento	8%
TJMT	301	413	Crescimento	37%
TJPA	246	248	Crescimento	1%
TJPB	180	181	Crescimento	1%
TJPE	542	517	Queda	-5%
TJPI	123	159	Crescimento	29%
TJPR	933	942	Crescimento	1%
TJRJ	851	874	Crescimento	3%
TJRN	248	234	Queda	-6%
TJRO	149	184	Crescimento	23%
TJRR	54	54	Estável	0%
TJRS	797	844	Crescimento	6%
TJSE	124	151	Crescimento	22%
TJSP	2534	2685	Crescimento	6%
TJTO	109	107	Queda	-2%
Total Geral	12000	12526	Crescimento	4%

Fonte: Folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.

VARIAÇÃO NO NÚMERO DE JUÍZES | JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2025

Tribunais	TOTAL DE JUÍZES		Evolução	
	Janeiro 2024	Dezembro 2025		
TJAC	56	60	Crescimento	7%
TJAL	148	164	Crescimento	11%
TJAM	163	161	Queda	-1%
TJBA	621	600	Queda	-3%
TJCE	499	520	Crescimento	4%
TJDFT	323	316	Queda	-2%
TJES	257	240	Queda	-7%
TJGO	356	386	Crescimento	8%
TJMA	305	310	Crescimento	2%
TJMG	1237	1298	Crescimento	5%
TJMS	176	192	Crescimento	9%
TJMT	270	353	Crescimento	31%
TJPA	224	221	Queda	-1%
TJPB	163	164	Crescimento	1%
TJPE	491	458	Queda	-7%
TJPI	99	134	Crescimento	35%
TJPR	805	812	Crescimento	1%
TJRJ	663	667	Crescimento	1%
TJRN	232	220	Queda	-5%
TJRO	129	155	Crescimento	20%
TJRR	43	43	Estável	0%
TJRS	636	687	Crescimento	8%
TJSE	111	138	Crescimento	24%
TJSP	2183	2335	Crescimento	7%
TJTO	97	88	Queda	-9%

Total Geral	10287	10722	Crescimento	4%
-------------	-------	-------	-------------	----

Fonte: Folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.

VARIAÇÃO NO NÚMERO DE DESEMBARGADORES

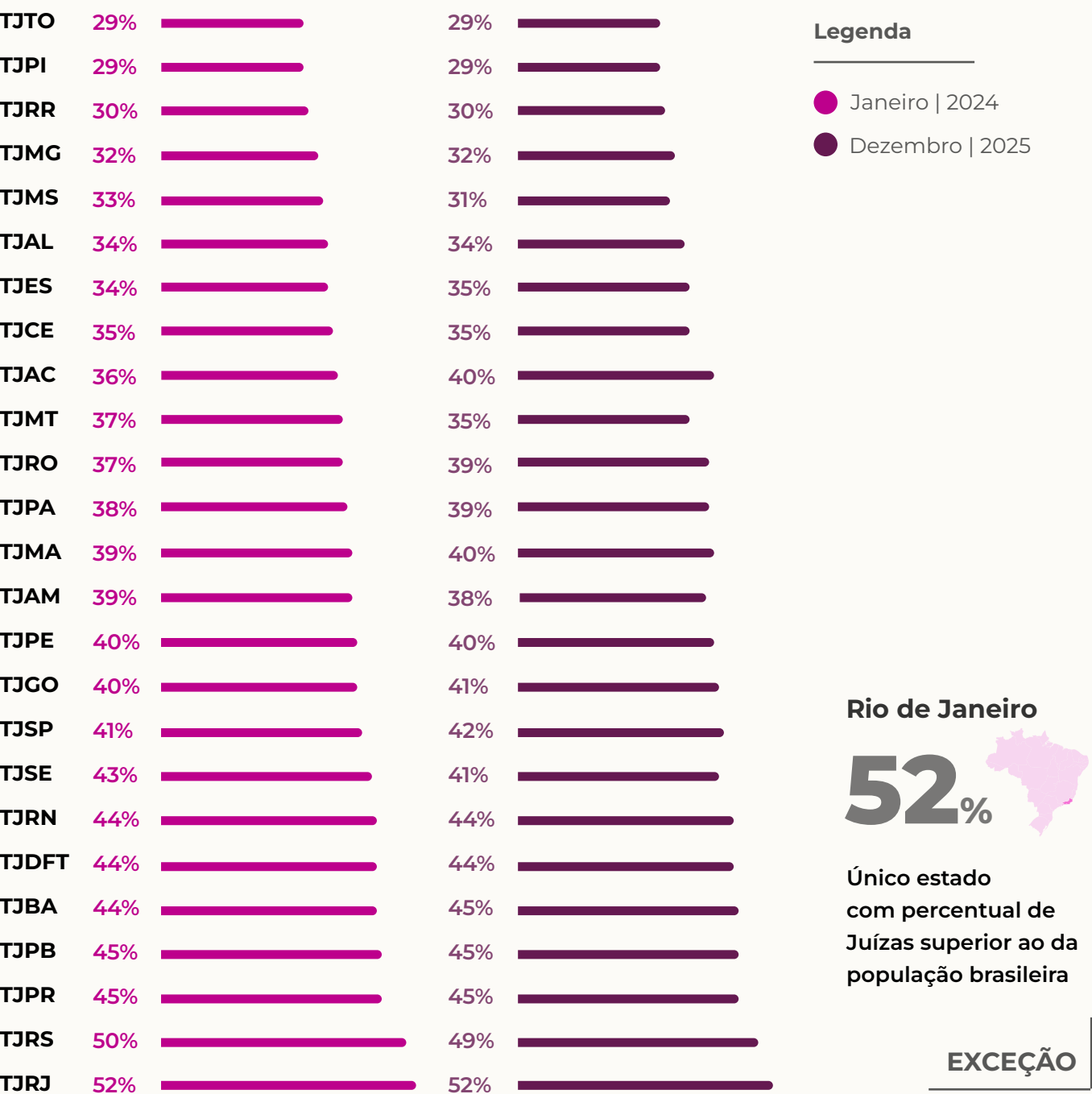
| JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2025

Tribunais	TOTAL DE DESEMBARGADORES		Evolução	
	Janeiro 2024	Dezembro 2025		
TJAC	7	8	Crescimento	14%
TJAL	15	15	Estável	0%
TJAM	25	25	Estável	0%
TJBA	67	63	Queda	-6%
TJCE	89	92	Crescimento	3%
TJDFT	46	45	Queda	-2%
TJES	29	28	Queda	-3%
TJGO	73	75	Crescimento	3%
TJMA	23	36	Crescimento	57%
TJMG	258	263	Crescimento	2%
TJMS	36	36	Estável	0%
TJMT	31	60	Crescimento	94%
TJPA	22	27	Crescimento	23%
TJPB	17	17	Estável	0%
TJPE	51	59	Crescimento	16%
TJPI	24	25	Crescimento	4%
TJPR	128	130	Crescimento	2%
TJRJ	188	207	Crescimento	10%
TJRN	16	14	Queda	-13%
TJRO	20	29	Crescimento	45%
TJRR	11	11	Estável	0%
TJRS	161	157	Queda	-2%
TJSE	13	13	Estável	0%
TJSP	351	350	Estável	0%
TJTO	12	19	Crescimento	58%
Total Geral	1713	1804	Crescimento	5%

Fonte: Folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.

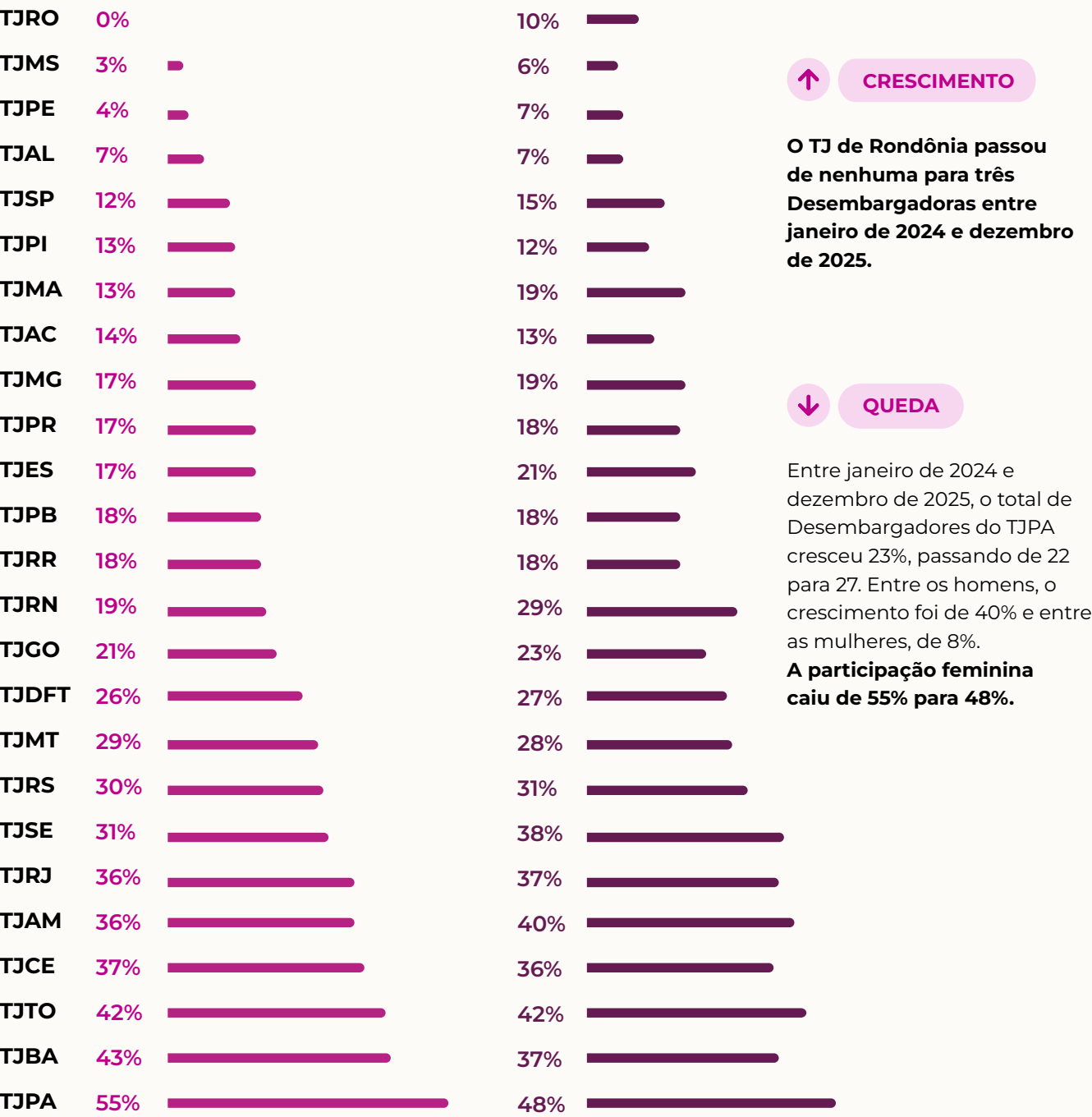
PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO TOTAL DE JUÍZES DE 1º GRAU | JANEIRO DE 2024 E DEZEMBRO DE 2025

Em **24 dos 25 estados** o percentual de Juízas foi menor do que o de **mulheres na população brasileira (51,5%)** durante todo o período analisado.



PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO TOTAL DE DESEMBARGADORES | JANEIRO DE 2024 E DEZEMBRO DE 2025

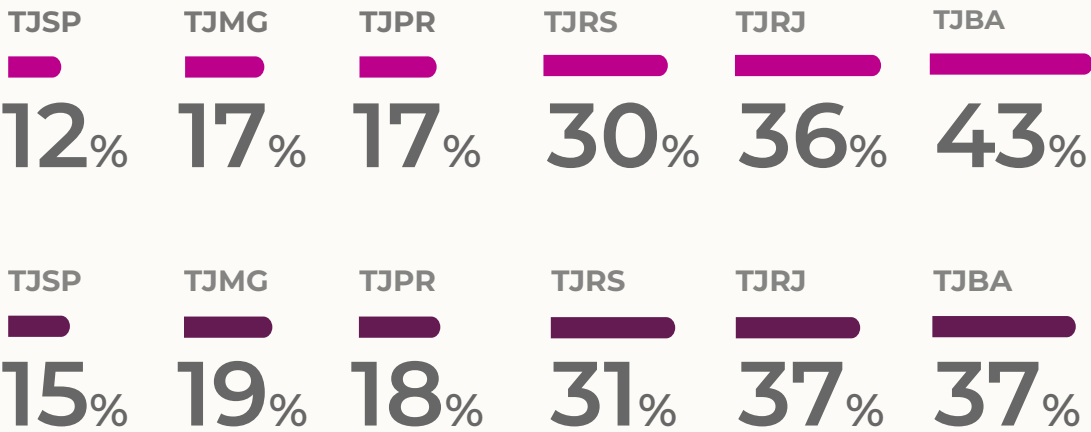
Em dezembro de 2025, **nenhum Tribunal de Justiça alcançava o percentual de mulheres da população brasileira (51,5%) entre seus Desembargadores**. Em janeiro de 2024, 24 dos 25 TJs analisados já estavam abaixo desse percentual.



Fonte: IBGE (2022) e folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.

PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO TOTAL DE DESEMBARGADORES NOS 6 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DE GRANDE PORTE* | JANEIRO DE 2024 E DEZEMBRO DE 2025

*Seguimos a classificação utilizada pelo CNJ, que organiza os Tribunais como de grande, médio e pequeno porte.



Em **todos os TJs de grande porte, a participação de Desembargadoras permaneceu abaixo dos 51,5%** que as mulheres representam na população brasileira, tanto em janeiro de 2024 quanto em dezembro de 2025.

↑ CRESCIMENTO

O número de Desembargadoras passou de 252 para 277, enquanto o de Desembargadores caiu de 901 para 893.

↓ QUEDA

No TJBA, a participação de Desembargadoras caiu de 43% para 37%.

Legenda

- Janeiro | 2024
- Dezembro | 2025

Fonte: IBGE (2022) e folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.

CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES E HOMENS, POR CARGO, NA MAGISTRATURA ESTADUAL | JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2025

O número de Desembargadoras cresceu 14%, quase três vezes o crescimento entre Juízas (5%) e mais de quatro vezes o registrado entre Desembargadores (3%). Os dados evidenciam o impacto positivo dos dois primeiros anos da Resolução CNJ nº 525/2023.

DESEMBARGADORES

14%

3%

JUÍZES DE 1º GRAU

5%

4%

MAGISTRATURA ESTADUAL

6%

4%

Legenda

● Mulheres ● Homens

Fonte: Folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.



VOLTAR AO ÍNDICE



16



MULHERES NAS PRESIDÊNCIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA | 2026

Em junho de 2026, data da finalização da pesquisa, as mulheres ocupavam a Presidência de apenas quatro Tribunais de Justiça: Espírito Santo, Paraná, Sergipe e Tocantins.



Legenda

-  Mulheres
-  Homens

Fonte: Site dos 27 Tribunais de Justiça Brasileiros.



VOLTAR AO ÍNDICE

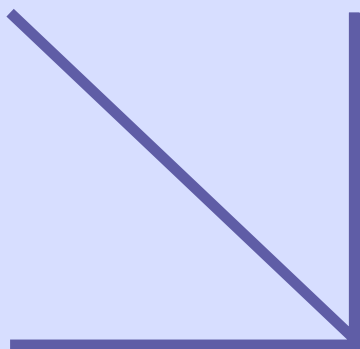


17



CAMINHOS DA PESQUISA

REMUNERAÇÃO



Para apurar o impacto do marcador gênero na remuneração da magistratura estadual, analisamos as folhas de pagamento de cada membro ativo dos Tribunais de Justiça brasileiros, publicadas nos respectivos Portais da Transparência. A análise abrange 24 meses, de janeiro de 2024 a dezembro de 2025, abordagem que evita o impacto de flutuações mensais.

- Utilizamos a tecnologia de inferência de gênero da plataforma **Brasil.io** e 320 pessoas cujo gênero não pode ser identificado foram excluídas das análises, o que corresponde a 2% do total de magistrados.

As categorias de análise espelham os cargos previstos na **Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN)** para a magistratura estadual: Juízes de 1º grau e Desembargadores.

As folhas de pagamento foram publicizadas conforme o previsto na **Resolução N° 215/2015 do CNJ**, que estabelece regras e procedimentos para que todos os Tribunais de Justiça cumpram a Lei de Acesso à Informação de maneira uniforme, criando, assim, a padronização necessária para análises comparativas.

- O Portal da Transparência do TJ de Santa Catarina não permitiu a exportação dos dados de forma estruturada. O TJ do Amapá não publicou as folhas de pagamento de dezembro de 2025 até o fechamento da pesquisa, em junho de 2026. As barreiras de acesso fizeram com que os dados desses Tribunais não fossem analisados.

As análises se baseiam nas **informações nativas de 301.684 registros de folhas de pagamentos** dos membros ativos da magistratura estadual que receberam remuneração em 2024 e/ou 2025. Para cada cargo e Tribunal usamos a mediana anual do **“Rendimento Líquido”**, conforme o **Anexo I da Resolução CNJ nº 215/2015**.



Nome	Lotação	Cargo	Rendimentos							Descontos				Total de Débitos	Rendimento Líquido	Numeração do Órgão de Origem	Diárias
			Remuneração Paradigma	Vantagens Pessoais	Subsídio, Diferença de Subsídio, Função de Confiança ou Cargo em Comissão	Indenizações	Vantagens Eventuais	Gratificações	Total de Créditos	Previdência Pública	Imposto de Renda	Descontos diversos	Retenção por teto Constitucional				
...																	
TOTAL GERAL:																	

- Em alguns casos, a remuneração de um mesmo magistrado estava distribuída em mais de uma folha de pagamento no mesmo mês, fenômeno observado principalmente nos Tribunais de Justiça do Ceará e do Rio Grande do Norte, mas também em Goiás e no Piauí. Nesses casos, os valores líquidos foram somados.

Nossos resultados foram calculados a partir da **mediana anual do “Rendimento Líquido” por membro ativo** e comparam, por cargo e Tribunal, os valores observados entre mulheres e homens.

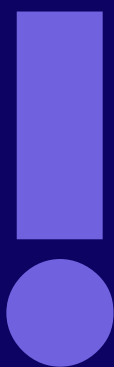
A escolha da mediana decorre da existência de pagamentos capazes de alterar significativamente as médias. Ao longo do período analisado, foram identificados 83 casos em que a remuneração líquida mensal variou entre R\$ 500 mil e R\$ 1,7 milhão. A distribuição desses valores também chamou atenção: a grande maioria foi recebida por homens. O uso da mediana permite reduzir o peso desses casos e retratar com maior precisão o padrão geral da carreira, sem que um número reduzido de pagamentos muito elevados condicione os resultados da análise.

- **14 pagamentos superaram R\$1 milhão em um único mês. Em todos os casos, os valores foram recebidos por homens.**
- **Considerando o conjunto dos 83 pagamentos entre R\$500 mil e R\$1,7 milhão, 82% foram recebidos por homens.**

A criação do contracheque único pela **Resolução CNJ nº 681/2026** representa importante avanço na padronização das informações remuneratórias, ampliando as possibilidades de monitoramento. Como esta inovação passou a valer após o período analisado nesta pesquisa, **utilizamos o “Rendimento Líquido” que, de acordo com a Resolução CNJ nº 215/2015, espelha o valor efetivamente recebido após os descontos: era esta a informação de interesse da pesquisa.**

- Diante da magnitude das diferenças observadas, realizamos testagens suplementares, para verificação de possíveis explicações causais, considerando o potencial impacto dos demais itens do ANEXO I nos resultados. Nenhum dos demais itens isoladamente pode ser considerado vetor determinante das diferenças.

Além de evidenciar desvantagens remuneratórias para as mulheres nos TJs, a inovação metodológica conduzida pelo JUSTA inaugura uma nova agenda de pesquisa e incidência voltada à correção das desigualdades.



É preciso adensar diagnósticos para identificar causas e corrigir assimetrias, compromisso que esperamos que o CNJ e os TJs assumam com prioridade.



RETRATOS DAS REMUNERAÇÕES DAS MULHERES NA MAGISTRATURA ESTADUAL | 2024 E 2025

EM 2024

82%

Das **Juízas e Desembargadoras** estaduais trabalharam em TJs que **pagam menos às mulheres do que aos homens nos mesmos cargos***

EM 2025

86%

Das **Juízas e Desembargadoras** estaduais trabalharam em TJs que **pagam menos às mulheres do que aos homens nos mesmos cargos***

*Mediana Anual do Rendimento Líquido

Fonte: Folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.



VOLTAR AO ÍNDICE



21



TJS EM QUE MAIS DA METADE DAS JUÍZAS DE 1º GRAU SÃO IMPACTADAS POR DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS | 2024 E 2025

Em **16 dos 25 TJs** analisados, **mais da metade** das Juízas teve mediana anual do rendimento líquido inferior à dos homens no mesmo cargo em 2024.
Em 2025, esse número subiu para 19 Tribunais.

Tribunal (TJ)	2024	2025	Evolução
TJPB	59%	76%	Aumento
TJES	67%	66%	Queda
TJRR	71%	64%	Queda
TJMG	57%	63%	Aumento
TJRS	62%	63%	Aumento
TJSE	59%	63%	Aumento
TJDFT	59%	62%	Aumento
TJRN	58%	59%	Aumento
TJRO	57%	59%	Aumento
TJPR	59%	57%	Queda
TJAL	64%	57%	Queda
TJGO	61%	56%	Queda
TJSP	53%	55%	Aumento
TJRJ	51%	55%	Aumento
TJMA	55%	52%	Queda
TJMS	65%	—	—
TJTO	—	57%	—
TJPE	—	54%	—
TJAM	—	52%	—
TJBA	—	51%	—

Legenda
% de Juízas impactadas por diferenças remuneratórias nos TJs em que essa desigualdade atinge mais da metade delas, em 2024 e em 2025

Fonte: Folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.

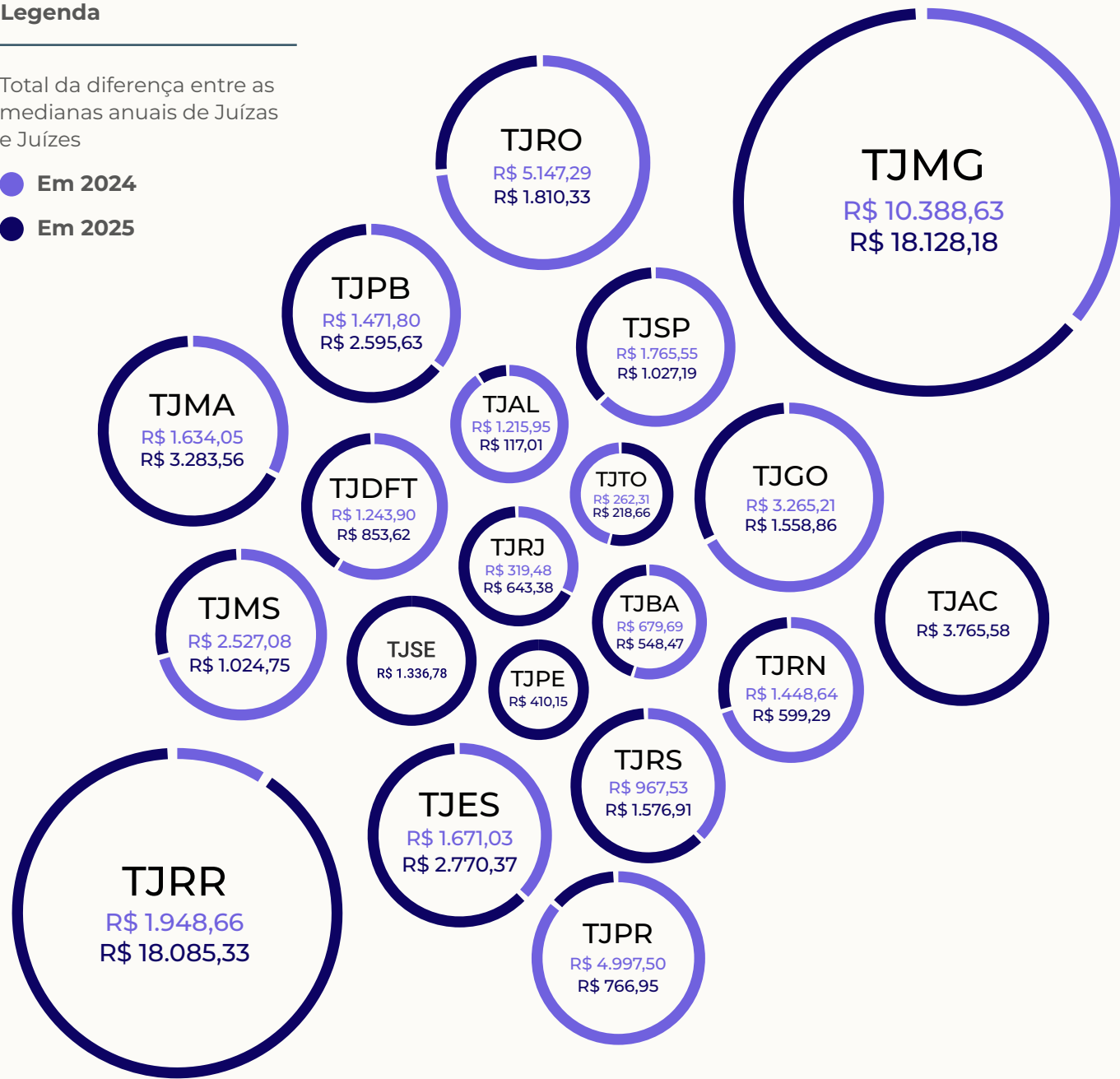
DIFERENÇA DE VALOR ANUAL LÍQUIDO RECEBIDO (A MENOS) POR JUÍZAS DE 1º GRAU EM R\$ | 2024 E 2025

Em **17** dos **25 TJs** analisados, a mediana anual do **rendimento líquido das Juízas** foi **inferior à dos homens** no mesmo cargo em 2024.
Em 2025, esse número subiu para **20 Tribunais**.

Legenda

Total da diferença entre as medianas anuais de Juízas e Juizes

- Em 2024
- Em 2025

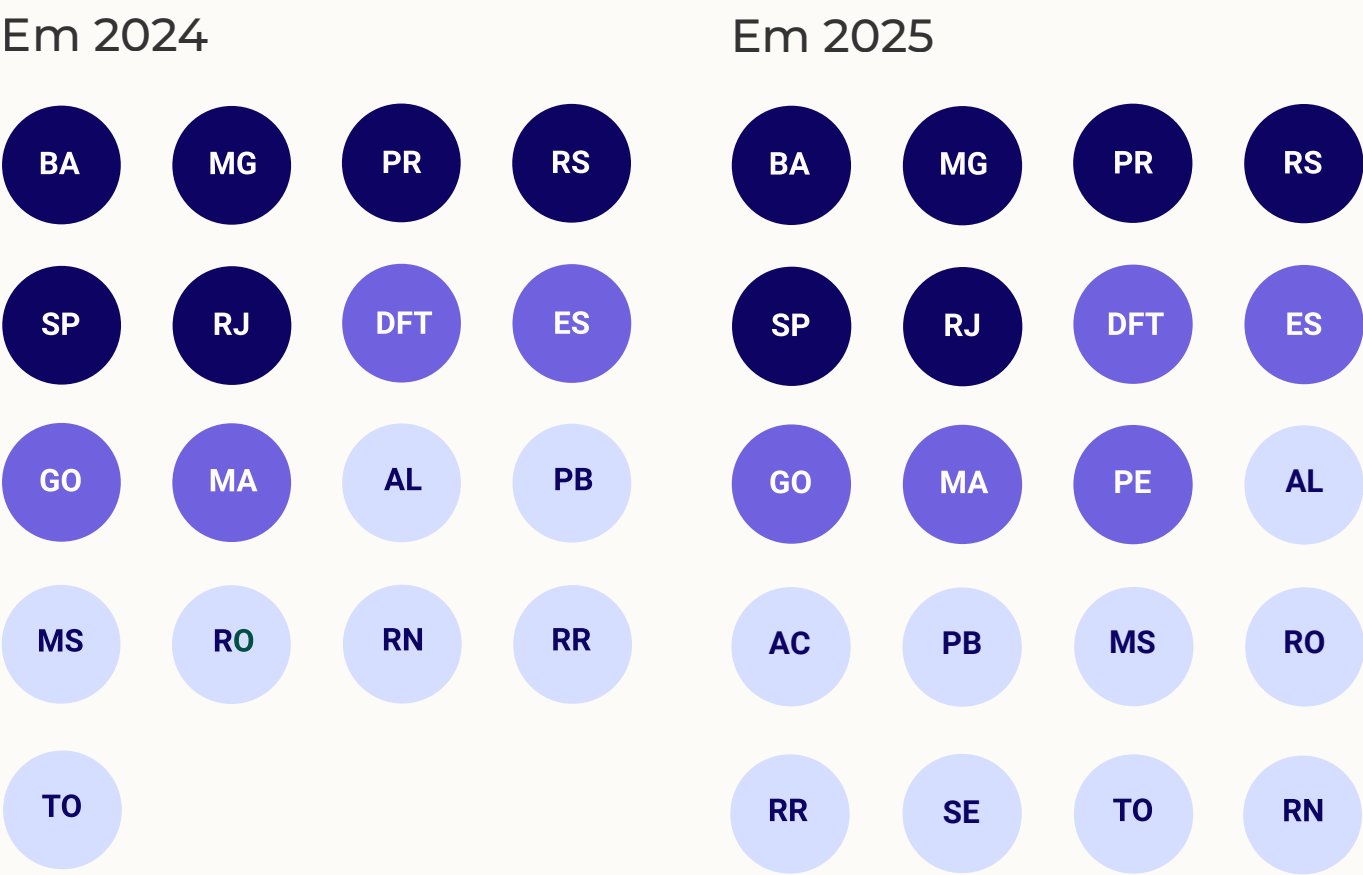


Fonte: Folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.

TJS, POR PORTE*, EM QUE JUÍZAS DE 1º GRAU SÃO IMPACTADAS POR DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS | 2024 E 2025

*Seguimos a classificação utilizada pelo CNJ, que organiza os Tribunais como de grande, médio e pequeno porte.

		
TJs de GRANDE porte	TJs de MÉDIO porte	TJs de PEQUENO porte
Em todos os TJs de grande porte a mediana do rendimento líquido das Juízas foi inferior à dos Juízes em 2024 e 2025.	Em 4 dos 8 TJs de médio porte a mediana do rendimento líquido das Juízas foi inferior à dos Juízes em 2024. Em 2025, em 5 dos 8 TJs.	Em 7 dos 11 TJs de pequeno porte a mediana do rendimento líquido das Juízas foi inferior à dos Juízes em 2024. Em 2025, em 9 dos 11 TJs.



Fonte: Folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.

TJS EM QUE MAIS DA METADE DAS DESEMBARGADORAS SÃO IMPACTADAS POR DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS | 2024 E 2025

Em **8** dos **25** TJs analisados, a mediana anual do **rendimento líquido das Desembargadoras foi inferior à dos homens** no mesmo cargo em 2024. Em 2025, esse número subiu para **13 Tribunais**.

Tribunal (TJ)	2024	2025	Evolução
TJRN	100%	100%	Estável
TJMA	75%	56%	Queda
TJDFT	67%	75%	Aumento
TJPI	67%	67%	Estável
TJMT	67%	59%	Queda
TJPR	63%	58%	Queda
TJSP	58%	52%	Queda
TJRJ	54%	—	—
TJMG	—	54%	—
TJAM	—	55%	—
TJRS	—	55%	—
TJRO	—	67%	—
TJPB	—	75%	—
TJSE	—	100%	—

Legenda

% de Desembargadoras impactadas por diferenças remuneratórias nos TJs em que essa desigualdade atinge mais da metade delas, em 2024 e em 2025

Fonte: Folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.

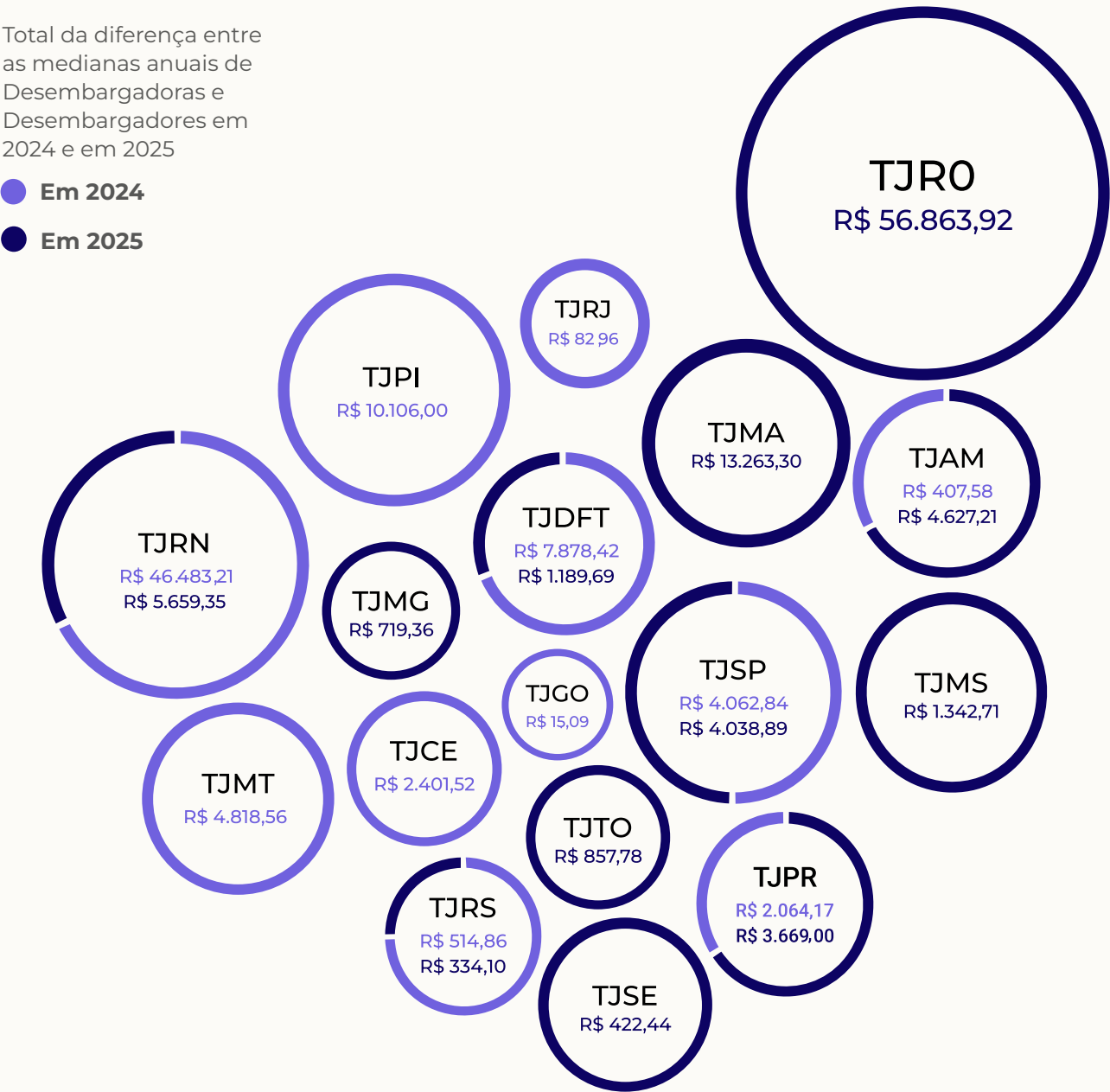
DIFERENÇA DE VALOR ANUAL LÍQUIDO RECEBIDO (A MENOS) POR DESEMBARGADORAS EM R\$ | 2024 E 2025

Em **11** dos **25** TJs analisados, a mediana anual do **rendimento líquido das Desembargadoras** foi **inferior à dos homens** no mesmo cargo em 2024. Em 2025, esse número subiu para **12 Tribunais**.

Legenda

Total da diferença entre as medianas anuais de Desembargadoras e Desembargadores em 2024 e em 2025

- Em 2024
- Em 2025



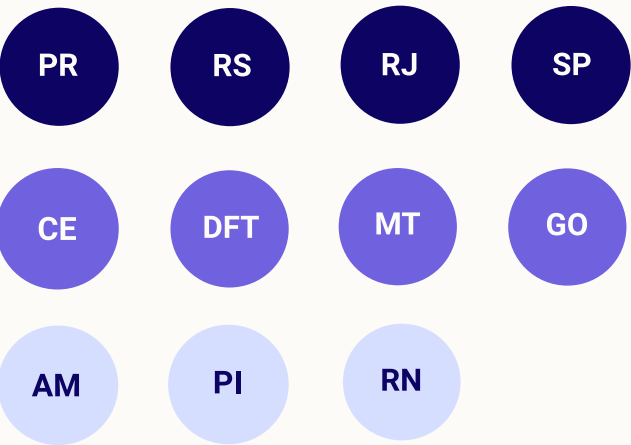
Fonte: Folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.

TJS, POR PORTE*, EM QUE DESEMBARGADORAS SÃO IMPACTADAS POR DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS | 2024 E 2025

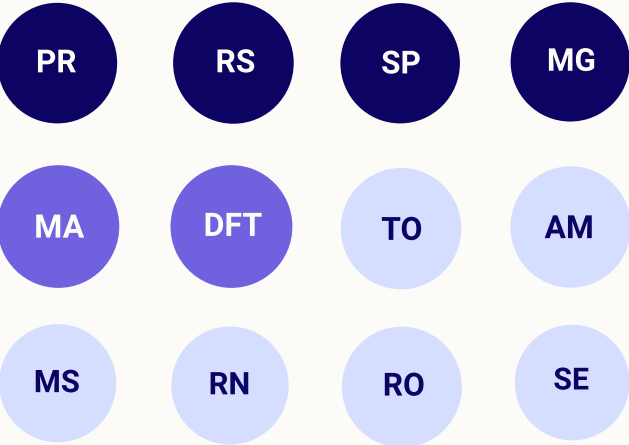
*Seguimos a classificação utilizada pelo CNJ, que organiza os Tribunais como de grande, médio e pequeno porte.

		
TJS de GRANDE porte	TJS de MÉDIO porte	TJS de PEQUENO porte
Em 4 dos 6 TJs de grande porte a mediana do rendimento líquido das Desembargadoras foi inferior à dos Desembargadores, em 2024 e em 2025.	Em 4 dos 8 TJs de médio porte a mediana do rendimento líquido das Desembargadoras foi inferior à dos Desembargadores em 2024. Em 2025, em 2 dos 8 TJs.	Em 3 dos 11 TJs de pequeno porte a mediana do rendimento líquido das Desembargadoras foi inferior à dos Desembargadores em 2024. Em 2025, em 6 dos 11 TJs.

Em 2024



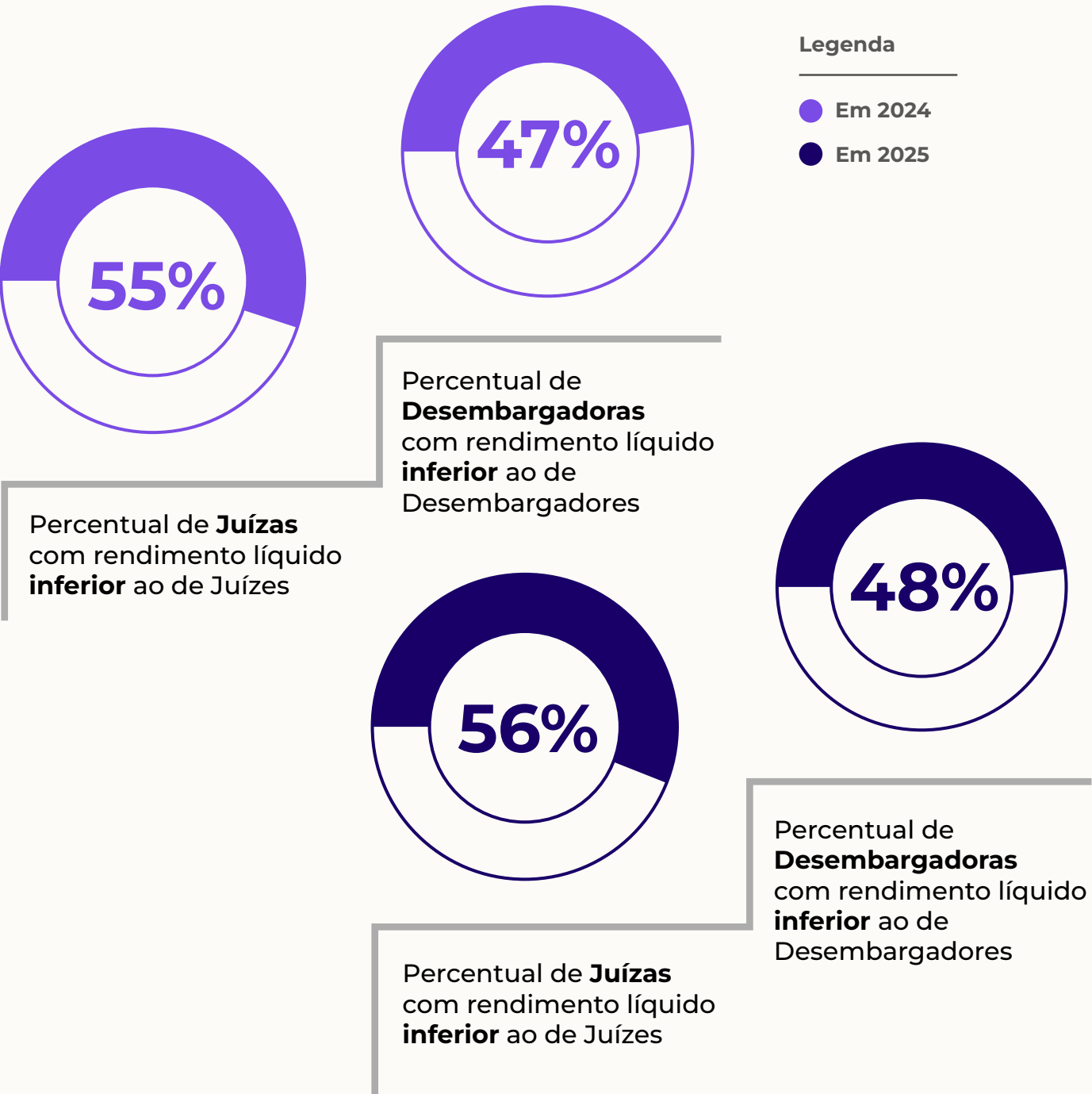
Em 2025



Fonte: Folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.

COMPARAÇÃO DO IMPACTO DA DIFERENÇA REMUNERATÓRIA POR CARGO NOS TJS | 2024 E 2025

Em todos os 25 Tribunais de Justiça analisados, o percentual de mulheres impactadas por **diferenças remuneratórias é menor entre Desembargadoras do que entre Juízas** de 1º grau.



Fonte: Folhas de pagamentos de membros ativos da magistratura dos sites dos 25 TJs. Os TJs de Santa Catarina e do Amapá não foram analisados devido a barreiras de transparência.



O JUSTA entende que democratizar os debates sobre justiça, marcadores de exclusão e orçamento público é um projeto de longo prazo.

Temos o compromisso de aperfeiçoar os resultados alcançados, reconhecendo as limitações metodológicas derivadas de inconsistências existentes nas fontes públicas de dados originais e, conseqüentemente, refletidas nas informações obtidas.

Por isso, o JUSTA se compromete a atualizar periodicamente os dados da pesquisa sempre que os órgãos públicos disponibilizarem novas ou mais completas informações. Torcemos para que isso aconteça o quanto antes!



